

## **QUALIDADE AMBIENTAL URBANA DE ÁREAS VERDES PÚBLICAS E PRIVADAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PRAÇA ARTHUR RAUL RAUBACH (SÍTIO FLORESTA) E O PARQUE UNA, PELOTAS-RS**

KAUA ROCHA LATORRE<sup>1</sup>; ROBERTO LUIZ DOS SANTOS ANTUNES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas 1 – [kauarochalatorre@gmail.com](mailto:kauarochalatorre@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - [robertoanthunes@gmail.com](mailto:robertoanthunes@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O espaço urbano é socialmente produzido pela iniciativa privada e o estado que atuam como moduladores do espaço social, determinando onde serão realojados investimentos para manutenção ou ampliação infraestrutural dos bairros constituintes da cidade, com isso o espaço urbano é percebido de formas diferentes conforme investimentos públicos e privados (LEFEBVRE, 1974).

A zona urbana é o epicentro de intensa poluição ambiental. Agentes poluentes atmosféricos, ruídos intensos, aglomerações de informações visuais em um curto perímetro, acabam por afetar a qualidade ambiental dos cidadãos (Lombardo, 1985). A expansão das cidades brasileiras não foi realizada a partir de políticas públicas eficazes, mas sim de forma desordenada e caótica, comprometendo a qualidade ambiental em ambiente urbano (LONDE, 2014).

A conservação e ampliação das áreas verdes é uma forma de tornar a cidade mais acolhedora e sustentável. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) das Nações Unidas, as cidades devem ser acolhedoras ambientalmente. Para que o objetivo 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) seja concretizado, os municípios devem adotar algumas medidas de média, curta e longa prazos. Uma delas é a implementação de áreas verdes.

As áreas verdes constituem um conceito polissêmico, podendo ser compreendidas sob diferentes perspectivas, de acordo com a formação e o enfoque do profissional que as analisa. Nos municípios brasileiros, a estrutura urbana é composta por áreas de integração, como estradas e vias; espaços edificados, que incluem bairros, indústrias, comércios, creches e escolas e espaços livres de construção, como praças, parques e corpos d'água superficiais. As Áreas verdes desempenham importantes funções ambientais, sociais e paisagísticas no contexto urbano e devem atender a três objetivos principais: estético, ecológico-ambiental e de lazer e servir a população, proporcionando uso e condições para recreação. Além disso, possibilitam um recorte do espaço geográfico urbano, no qual os cidadãos têm acesso a uma qualidade ambiental e bem estar, gerado por um ambiente com vegetação arbórea e controle térmico (CAVALHEIRO e DEL PICCHIA, 1992; NUCCI, 2008).

Uma das definições mais completas e detalhadas sobre áreas verdes urbanas é de Oliveira (1996). Segundo o autor, essas áreas devem ser caracterizadas pela presença de solo permeável (ou seja, sem cobertura por lajes ou impermeabilizações) e vegetação predominantemente arbórea ou arbustiva. Ele destaca que esses espaços não precisam ser necessariamente públicos ou acessíveis a todos, podendo existir também em propriedades privadas ou de acesso restrito. Toda área verde está situada em um espaço livre de construção, embora nem todo espaço livre seja necessariamente uma área verde (MILANO, 1992).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar duas áreas verdes, uma pública (Sítio Floresta) e uma privada (Parque Una) para compreender como esses espaços possibilitam o acesso ou negação à qualidade ambiental urbana e fornecer aspectos para a formulação do conceito de áreas verdes.

## **2. METODOLOGIA**

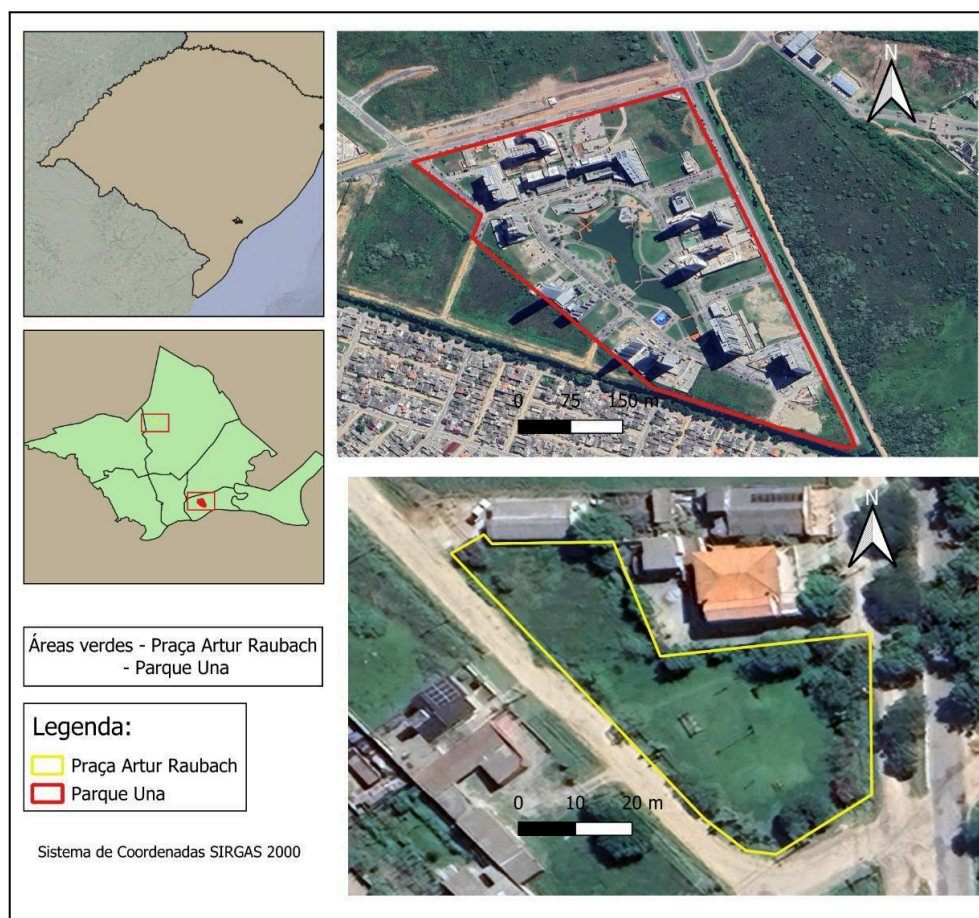
Para a análise pretendida foram definidas as seguintes etapas: I) Revisão bibliográfica: Foi realizada a partir da leitura de artigos que trabalham a temática das áreas verdes, necessárias a revisão do conceito, sua função ambiental na zona urbana e a influência sobre a qualidade ambiental da cidade de Pelotas; II) Delimitação da área de estudo: Foram selecionadas duas áreas verdes com gestão distintas. Uma área verde pública no bairro Sítio Floresta (periferia de Pelotas) e outra área verde privada no Parque Una, bairro Areal (zona central planejada). A comparação entre essas duas áreas permite analisar não apenas a diferença entre gestão pública e privada, mas também os impactos da localização (periferia vs. centro planejado) sobre a experiência dos usuários e a efetividade do direito à cidade (Lefebvre, 2001); III) Saída de campo in loco nas duas áreas verdes para caracterização ambiental e verificação da qualidade ambiental: Para isso, foram utilizados registros fotográficos e anotações, para avaliar a estrutura física, presença de vegetação arbórea, infraestrutura para lazer, estado de conservação e aspectos de uso pela população; IV) Verificação das ODS: Foi verificado o enquadramento das áreas verdes selecionadas no objetivo 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A caracterização qualitativa das áreas estudadas exemplifica um modelo recente de produção do espaço urbano em cidades médias brasileiras, no qual áreas verdes são incorporadas ao planejamento urbano, mas vinculadas a interesses imobiliários e à lógica de valorização econômica (Rolnik, 1997; Maricato, 2011). Quanto à caracterização das áreas verdes (Figura 1) identificou-se que a praça Artur Raul Bausch, localizada no bairro Sítio Floresta, predomina a vegetação rasteira (gramíneas) e a presença de algumas árvores esparsas. Em relação à infraestrutura, o local apresentava brinquedos quebrados, bancos danificados e em alguns pontos esgoto a céu aberto, o que compromete fortemente a salubridade do espaço, dificultando a permanência e o uso pleno do espaço pela população local. Esses fatores tornam a praça um espaço pouco atrativo e até mesmo inóspito para atividades recreativas, especialmente para crianças e famílias.

Em contraste, o Parque Una, localizado na região central e planejada da cidade, evidencia um alto padrão de manutenção e infraestrutura urbana qualificada. O espaço apresenta ampla cobertura vegetal com espécies arbóreas organizadas, áreas gramadas bem cuidadas, equipamentos de lazer em bom estado, ciclovias, áreas de convivência, sinalização e iluminação adequadas. A presença de vegetação ornamental, mobiliário urbano moderno e segurança, torna o local amplamente frequentado por moradores e visitantes, oferecendo

uma experiência de lazer e bem-estar muito superior à observada nas áreas públicas periféricas.



**Figura 1.** Mapa de localização e caracterização das áreas verdes, Parque Una e Praça Arthur Raubach (Sítio Floresta).

Essa comparação evidencia as desigualdades socioespaciais em ambientes urbanos (Pereira, 2019). Em bairros periféricos, como o Sítio Floresta, observa-se que a área verde analisada carece de infraestrutura adequada, manutenção constante, segurança, mobiliário urbano e acessibilidade. Assim como neste local, existem outros na cidade de Pelotas, apresentando terrenos abandonados ou praças degradadas, com presença de esgoto a céu aberto, equipamentos quebrados e baixo uso pela população devido às condições precárias.

As áreas verdes estão profundamente ligadas à dinâmica urbana e à qualidade ambiental disponível para distintos grupos sociais. Observa-se que o acesso a esses espaços não se distribui de forma homogênea no tecido urbano, sendo condicionado por fatores como localização geográfica, renda e diretrizes de planejamento. Nesse contexto, torna-se essencial a implementação de políticas públicas voltadas à equidade ambiental, ao planejamento inclusivo e à revitalização das áreas verdes públicas, de modo a favorecer a construção de cidades mais justas, sustentáveis e saudáveis.

Quanto ao conceito de áreas verdes considera-se sua complexidade socioambiental e portanto entende-se que estas áreas estão presentes em espaços livres de construções, compostas por vegetação arbórea ou arbustiva, podendo incluir espécies nativas ou exóticas. Podem ser distribuídas de forma

planejada ou remanescer como fragmentos da vegetação, integrando o sistema ambiental urbano. Suas funções são multifuncionais, abrangendo tanto dimensões subjetivas como lazer, recreação e valor estético quanto aspectos diretamente relacionados à qualidade ambiental física (serviços ecossistêmicos). Entre estes, destacam-se a melhoria da infiltração da água no solo, a regulação térmica, o apoio à drenagem urbana por meio da mitigação da precipitação, além da formação de bolsões e corredores ecológicos que favorecem a biodiversidade e a conectividade entre fragmentos verdes no espaço urbano. Podendo ser públicas ou privadas.

#### **4. CONCLUSÕES**

A análise comparativa entre a praça Arthur Raubach (Sítio Floresta) e o Parque Una evidencia que a presença de áreas verdes em Pelotas, embora significativa, não garante por si só a qualidade ambiental urbana. Enquanto o Parque Una, localizado em uma área central e de maior renda, apresenta infraestrutura completa, manutenção constante e alto uso pela população, a praça Arthur Raul Bausch, no Sítio Floresta, revela condições precárias, com baixa atratividade, ausência de equipamentos adequados e até situações de insalubridade. Essa disparidade reforça a existência de desigualdades socioespaciais que condicionam o usufruto da qualidade ambiental urbana, revelando que os benefícios das áreas verdes ainda são restritos a determinados grupos sociais. Nesse sentido, torna-se evidente que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, ainda não se concretiza. Para avançar nessa direção, é indispensável a formulação e implementação de políticas públicas que priorizem a revitalização e manutenção das áreas verdes periféricas, assegurando que esses espaços cumpram suas funções ecológicas, sociais e paisagísticas de forma equitativa.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, A. A. R. Espaços livres urbanos: conceitos e importância para a cidade. São Paulo: Annablume, 1992.
- LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.
- LOMBARDO, M. A. A paisagem urbana: percepção e avaliação. São Paulo: EdUSP, 1985.
- MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MILANO, M. S. Áreas verdes urbanas: aspectos conceituais e metodológicos. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- NUCCI, J. C. Planejamento ambiental para cidades sustentáveis: estudo de caso da aplicação de índices de vegetação e da malha verde urbana de Campinas (SP). Campinas: UNICAMP, 2001.
- NUCCI, J. C. Paisagem e meio ambiente: o desafio da cidade sustentável. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- OLIVEIRA, J. A. P. Áreas verdes urbanas: função, uso e planejamento. São Paulo: PUC-SP, 1996.
- PR LONDE. Gestão ambiental e áreas urbanas: uma introdução ao planejamento ecológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: FAPESP/NOBEL. 1997. p 241.